

FUNÇÃO ESCOLAR X EVASÃO: A FALÊNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

School Function and pupils' drop-out: The failure of education for work

*Helenira Fonseca de Alencar*¹ - *Tiago de Oliveira Magalhães*² - *Luciana Lobo Miranda*³
*Alexandre Kerr Pontes*⁴ - *Carlos Eduardo M. Amaral*⁵ - *Inerê Nobre de Castro*⁶
*Rebeca Veras de Andrade*⁷

RESUMO

O artigo apresenta a discussão de uma pesquisa realizada numa escola da rede pública de Fortaleza-CE, como parte de uma disciplina de Psicologia Escolar. A pesquisa investigou as relações entre a função da escola e evasão escolar, pelo ponto de vista de educadores e alunos. Foi utilizado o referencial teórico foucaultiano para a análise dos dados. Como resultados, podemos apontar que há um desencontro entre a função que a escola deveria assumir na ótica dos alunos e a função que os educadores a fazem assumir ao se comprometerem com determinadas obrigações institucionais, resultando disso a massiva evasão encontrada no estabelecimento em questão. Compreendemos que o fato de a escola pública não assegurar uma vaga no mercado de trabalho especializado para seus alunos, via vestibular ou ensino técnico, contrapõe-se à função escolar de educação para o trabalho. Estando enfraquecida nessa função, a escola não consegue manter seus alunos, mesmo apelando para os mais diversos mecanismos de controle disciplinares.

Palavras-chave: Função da escola; evasão escolar; educação para o trabalho.

ABSTRACT

The article discusses the results of a research done in a public school in Fortaleza (Brazil) as part of a School Psychology course. The research investigated the relationship between the function of school and pupils' drop-out based upon the opinions of the pupils and teachers. It was used a Foucauldian theoretical reference in order to analyze the collected data. It could be found that there is a difference between the school function perceived by the pupils and the function that teachers try to develop through institutional rules, resulting on the massive student drop-out reported in the researched school. When public schools fail to assure a better place for its pupils in the job market, through university access or technical formation, the idea of school as 'education for work' becomes contradictory. When this function is undermined, the school cannot avoid student drop-out despite the use of different disciplinary control mechanisms.

Key-words: School function; school drop-out; education for work.

¹ Aluna do curso de Psicologia da UFC; Bolsista PIBIC/CNPq pelo LAPSUS- UFC (Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade); Monitora pelo PID- UFC (Programa de Iniciação à Docência) da disciplina de Psicologia Ambiental; Integrante LOCUS-UFC (Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental) . E-mail: helenirafonseca@yahoo.com.br

² Aluno do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará; Membro da Liga do Comportamento – UFC. E-mail: tiagoomagalhaes@gmail.com

³ Profa Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará; Coordenadora da Unidade Curricular de Psicologia Escolar; Profa. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. E-mail: lobo.lu@uol.com.br

⁴ Aluno do curso de Psicologia da UFC; Membro do NUCOM-UFC (Núcleo de Psicologia Comunitária). E-mail: alexkp@terra.com.br

⁵ Aluno do curso de Psicologia da UFC; Membro bolsista do PET-UFC (Programa Educação Tutorial); Membro do NUCOM-UFC (Núcleo de Psicologia Comunitária). E-mail: caduamaral@gmail.com

⁶ Aluna de Psicologia; Bolsista PIBIC/ CNPq do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação – UFC. E-mail: inerecastro@yahoo.com.br

⁷ Aluno do curso de Psicologia da UFC. E-mail: rebecaveras@hotmail.com

OS SENTIDOS DA EVASÃO: DISCURSOS SOBRE A FUNÇÃO DA ESCOLA

A presente pesquisa foi realizada como atividade prática das Disciplinas de Psicologia Escolar I e II no curso de Psicologia da UFC durante o segundo semestre de 2006.

A existência de instituições pedagógicas é um fenômeno antigo no contexto brasileiro. Sua origem remonta à era colonial, através da participação da Companhia de Jesus e em seguida do movimento enciclopedista (ROMANELLI, 2001). As práticas das instituições pedagógicas sofreram modificações no decorrer dos anos, até chegar à configuração atual do ensino brasileiro.

Se antes com a implementação do sistema escolar ainda na era Vargas, o desafio era a garantia de matrícula de crianças e jovens na rede pública de ensino (PATTO, 1984), no final do Século XX, o problema deslocou-se da baixa taxa de matrícula de crianças e jovens em idade escolar, para o analfabetismo funcional daqueles que permanecem na escola, passam de ano e, no entanto, são incapazes de ler e escrever um texto de forma fluente. Outro dado relevante é a evasão ocorrida durante o ano letivo. É notável a discrepância entre o número de alunos matriculados no início do ano e o que permanece até o fim do ano letivo, principalmente no nível médio, onde a necessidade de inserção de mercado de trabalho para as classes populares aumenta significativamente⁸. O problema é que, apesar do aumento de alunos matriculados, a porcentagem de alunos que se matriculam e depois abandonam a escola ain-

da é grande. Segundo estatísticas do MEC, a evasão escolar tem crescido de 5,2% em 1997 a 8,3% em 2001, ocorrendo no ensino médio o maior número de “desistências”.

Considerando esses dados e o campo heterogêneo de discursos sobre a escola, surgiu para nós o interesse em investigar quais discursos acerca da função da escola são assumidos por alunos e educadores da rede pública de ensino, e como esses discursos afetam a permanência ou evasão dos alunos. Acreditamos que não só tentar deter a evasão, mas compreender como se dá esse fenômeno servirá para aprofundamento da questão em estudos posteriores e para elaboração de propostas para o ensino em diversas áreas de atuação na escola.

Escolhemos como campo uma escola de Ensino Fundamental e Médio da rede estadual por um conjunto de fatores, dentre eles, a grande influência que o vestibular possui no ensino médio e fundamental e o fator de a escola ainda ser concebida como instituição de transição e preparação para o mundo do trabalho. Nos estabelecimentos particulares, é notória a importância dada à “preparação para a universidade”, que vira sinônimo de “preparação para o vestibular”, como pode ser constatado pelas experiências individuais dos pesquisadores em suas respectivas escolas⁹, assim como em discussões acadêmicas dentro da universidade e nas mídias de comunicação em massa. Entretanto, apesar do vestibular soar como palavra de ordem, nos surge como questão qual a capilaridade que esse discurso possui na rede pública de ensino. Uma outra razão é o grande enfoque dado pela mídia, por publicações e por professores na questão da

⁸ Informação acessível no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13730.shtml>

⁹ Vale salientar que todos os pesquisadores são provenientes de escolas particulares

“indisciplina” na rede pública. Acreditamos que essas práticas, consideradas “indisciplinadas”, podem significar muito mais que uma simples rebeldia contra a escola.

Desta forma, o objetivo geral da presente pesquisa consistiu em: investigar como os discursos acerca da função da escola influenciam o fenômeno da permanência ou evasão escolar. Como objetivos específicos: inter-relacionar os discursos veiculados por alunos e educadores acerca da função da escola; analisar como se constroem discursos hegemônicos e marginais acerca da função da escola; investigar como os discursos hegemônicos e marginais influenciam na evasão ou permanência na escola.

Nossa hipótese é de que a escola, tal como se configura na contemporaneidade brasileira, exerce, através do bio-poder (FOUCAULT, 2000), uma função de administração dos corpos, de modo a ajustá-los a práticas políticas e econômicas solicitadas pela conjuntura.

De modo geral, essa pesquisa buscou a aproximação da compreensão teórica acadêmica do fenômeno escolar com o cotidiano de uma escola da rede pública estadual de ensino da cidade de Fortaleza. Acreditamos também que, ao dar voz aos sujeitos que compõem os diversos segmentos da escola, pudemos capturar outros discursos que nos escapam quando nos restringimos a uma simples leitura teórica da realidade.

FOUCAULT: O PODER COMO PRODUÇÃO E FORMA DE SUBJETIVAÇÃO.

Decidimos em nossa pesquisa investigar os discursos produzidos pelos diver-

sos grupos de alunos, professores e servidores de uma escola pública da cidade de Fortaleza com relação à função que esta desempenha na sociedade ou em suas vidas particulares, a partir do referencial teórico foucaultiano. Compreendemos que este autor se diferencia por valorizar as micro-relações de poder-saber instaladas nas capilaridades do corpo social, as quais determinam uma relação de dominação. Segundo Foucault (1979), essa não se trata de uma dominação global de um grupo sobre os outros, mas das múltiplas formas de dominação que podem existir numa sociedade.

Foucault nos traz um estudo histórico das construções discursivas a respeito de algumas temáticas, tais como a loucura e a sexualidade, nas quais percebe uma trama entre as categorias “saber” e “poder”. O poder aqui entendido não como algo que se possui ou que se transfere, mas como produtividade. Esta é a grande novidade do poder em Foucault, pois há um deslocamento do poder como algo que reprime, para colocá-lo dentro de uma relação de produção de saber que, por sua vez, coloca em jogo o próprio poder em seu exercício.

Em sua genealogia do poder, Foucault (1979) investiga os mecanismos de poder através dos quais os saberes se estabelecem em diferentes períodos históricos, sempre enfatizando a sutileza com que estes engendram seja na prisão, no hospital ou na escola, de modo que se constitua uma microfísica do poder, uma política do cotidiano.

É importante vislumbrar dois aspectos sob os quais Foucault encara o poder. Em primeiro lugar, sob o aspecto disciplinador, temos o poder como um exercício de objetivação dos corpos dos indivíduos, de sua administração dentro de um regi-

me de visibilidade. Sua função é geri-los, manipula-los, não para dispersá-los, mas para compor forças em torno de uma produtividade. Este é o poder que se exerce no detalhe dos corpos, disciplinando-os e, ao mesmo tempo, extraíndo o máximo possível de sua força produtiva. O poder divide os corpos no espaço, administra-os no tempo, compõe as suas forças e, finalmente, codifica-os como objetos de um saber (FOUCAULT, 1987).

Por outro lado, temos outro campo de ação do poder que, ao mesmo tempo se diferencia do poder disciplinar, articula-se com ele para produzir os seus efeitos.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 2000, p.288)

Estamos falando do bio-poder. Em suas conferências intituladas Em Defesa da Sociedade, ministradas de 7 de Janeiro a 17 de Março no Collège de France, Foucault (2000) fala de um novo tipo de poder que não funcionaria em nível dos corpos individuais, mas seria da esfera do corpo social, onde seu maior interlocutor é o Estado.

A função primordial deste poder seria administrar a própria vida no campo do social dentro de um determinado eixo normativo¹⁰. Este poder funciona pela delimitação de grupos e espaços que devem ser administrados da forma mais eficaz possível, pensando sempre na espécie humana, ou melhor, no homem como espécie. Dessa forma, o poder “faz viver¹¹” os grupos e populações as quais ele deseja manter, e “deixa morrer” aquelas consideradas um fardo para o todo social, a humanidade.

A partir desse referencial, a educação escolar não funciona como um mero mediador no processo de aprendizagem dos indivíduos. Na verdade, ela funciona como máquina de subjetivação, agregando diversos mecanismos do poder, numa verdadeira batalha onde o resultado será a produção do sujeito como objeto de um saber-poder.

Enfim, entramos nesse desafio que é compreender estas duas perspectivas do poder no cotidiano escolar a partir dos discursos dos educadores e alunos. Contudo, compreender a função da escola, questão que nos colocamos de início, significa analisar como o poder e o saber se atualizam nos discursos e práticas produzidos na escola e que têm como alvo, de um lado, os indivíduos isoladamente e, de outro, como componentes de um grupo social pertencente a uma coletividade.

EM BUSCA DA FUNÇÃO ENUNCIATIVA DOS DISCURSOS

Optamos em utilizar, nesta pesquisa, uma metodologia qualitativa, a qual permite o acesso a dimensões por vezes inatingíveis pela pesquisa quantitativa.

¹⁰ Um exemplo deste poder seriam as políticas públicas de higienização que ocorreram no início do século XX, no Rio de Janeiro, e tiveram como ponto de apoio o discurso médico. Essas políticas acabaram deflagrando a famosa Revolta da Vacina.

¹¹ Fazer viver e deixar morrer é o modo como Foucault trata o biopoder mantendo uma comparação com o poder soberano, que funcionaria na lógica do deixar viver e fazer morrer.

A metodologia qualitativa objetiva compreender, e não quantificar, determinado fenômeno. Pressupõe o trabalho com amostras pequenas, fato que a impede de generalizar suas conclusões. Possibilita, em contrapartida, um aprofundamento de informações e uma melhor compreensão de problemas complexos, como a subjetividade. Ela rejeita a idéia de neutralidade científica aspirada na modernidade; ao contrário, caracteriza-se por valorizar a ligação pesquisador-pesquisado, visto que o conhecimento se produz mediante tal interação. Buscaremos com essa metodologia uma investigação da função enunciativa dos discursos sobre evasão escolar, concebendo o discurso enquanto

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 1996 citado por Aragão, 2005)

A análise da função enunciativa por sua vez não busca uma análise psicológica dos sujeitos investigados, mas das múltiplas determinações histórico-políticas que os levam a fazer determinadas afirmações.

Em nossas análises adaptamos a metodologia de análise de produções de sentidos (SPINK, 1999), criando sentidos não através da elaboração e análise de mapas de associação de idéias, mas sim através da análise de trechos significativos das entrevistas.

Local

O local da pesquisa foi uma escola de Ensino Fundamental e Médio pertencente à rede oficial de ensino fundamental, man-

tida pelo Governo do Estado do Ceará, subordinada técnica e administrativamente à Secretaria da Educação Básica, localizada num bairro da periferia da cidade de Fortaleza, de classe popular, que atende a 1.084 alunos, estando 453 matriculados no Ensino Médio.

Sujeitos e amostra

A população da presente pesquisa são alunos e funcionários da escola. Utilizamos amostras de 11 pessoas (alunos, professores e outros servidores) escolhidas por conveniência e interesse em participar da pesquisa. Por não pretendermos realizar um estudo comparativo entre os gêneros, procuramos neutralizar esta variável através da utilização de quantidades semelhantes de homens e mulheres nos grupos focais. Estes foram compostos por estudantes do Ensino Médio devido ao interesse já explicitado de encontrar outras funções na escola pública além da preparação para o vestibular (principal estratégia de propaganda utilizada pela maioria das escolas particulares), uma vez que um reduzido número de ingressos na Universidade é oriundo da escola pública.

Procedimentos de Coleta

Utilizamos como procedimento de coleta de dados observações feitas no local da pesquisa (registradas em diário de campo), quatro entrevistas individuais e um Grupo Focal.

Grupo focal

Resolvemos priorizar o grupo focal como procedimento de coleta por acreditar que ele permite o contato com percepções, sentimentos e atitudes dos integrantes e possibilita respostas sem limitações de escolha e o estabelecimento de uma dinâmica entre os membros do grupo, o que não é

possível quando da realização de entrevistas individuais. Proporciona a obtenção de uma grande quantidade de dados e uma maior interação entre os entrevistados e o entrevistador, favorecendo a observação também da linguagem gestual do grupo.

No caso da presente pesquisa, realizamos 1 grupo focal contendo 7 alunos do 1º ano do Ensino Médio no qual foi possível perceber seus pontos de vista com relação às temáticas propostas.

O motivo da escolha de realizarmos momentos separadamente entre professores e alunos deveu-se à tentativa de criar condições que facilitem a expressão dos sujeitos no decorrer das discussões, já que essas pessoas ocupam diferentes lugares sociais.

Entrevistas individuais

Devido às dificuldades em reunir vários professores e servidores num mesmo período de tempo, foram feitas entrevistas individuais com estes em vez de grupo focal. Foram realizadas quatro entrevistas individuais feitas respectivamente com uma professora de Química, um professor de Geografia, a coordenadora pedagógica e a diretora da escola.

Diário de campo

Lançamos mão de diários de campo para o registro do que foi percebido durante os dias em que estivemos na escola para visitas e coleta de dados, o que contribuiu para a sistematização e análise dos dados coletados.

ANÁLISE DE DADOS

Tanto as entrevistas como o grupo focal foram gravados. As fitas foram divididas entre os membros do grupo para transcri-

ção e análise preliminar. Cada participante selecionou os trechos que considerou relevantes para a pesquisa e estes foram lidos em conjunto. A discussão advinda dessa leitura conjunta serviu de guia para nossas reflexões acerca do material.

Os enunciados

No primeiro passo da análise, gostaríamos de expor algumas considerações sobre nosso objeto: função da escola e evasão escolar. Abordaremos tal assunto sem fazer elucubrações prescritivas, pois a função da escola, antes de ser um ideal a se atingir, é uma construção de sentido dos agentes que participam do campo que estamos estudando. Portanto, dado o que nos foi enunciado, delimitamos como relacionada ao nosso objeto toda produção a respeito do uso da instituição escolar, ou seja, o que mantém os agentes (re)produzindo aquele cotidiano, independentemente dos mecanismos nos quais se apóiem e dos fins que almejem.

Em primeiro lugar, podemos considerar aqueles discursos que enunciam a escola como um espaço de transmissão de conhecimento, um dos mais citados. Este, longe de ser homogêneo, possui muitos outros sentidos implícitos. Suas ramificações, ao que constatamos, são das mais variadas possíveis, mas algumas chamaram nossa atenção. Uma delas foi a escola como fornecedora de conhecimentos para a formação do cidadão, que podemos constatar na seguinte fala de um educador:

“[a escola] é onde os alunos vêm buscar conhecimento, orientação pra vida e um meio também de informações, de formação do cidadão, do nosso adolescente, da nossa criança e angariar conhecimentos e levar pra vida, né?”

Este discurso se destaca por apontar para uma inscrição do sujeito dentro de um conjunto de normas e estratégias (palestras, sanções, vigilância) direcionadas aos parâmetros desejados (cuidados com drogas, cuidados com o sexo, etc.). Geralmente são acompanhados de discursos filantrópicos que usualmente descrevem os sujeitos como desconhecedores do que é melhor para eles, onde a indicação de um caminho correto para se enfrentar a vida se torna bastante presente. Ainda considerando a escola como transmissora de conhecimento, encontramos um outro grupo de enunciados que legitimam os conhecimentos previstos para o vestibular (português, química, biologia, etc.). Sejam chamados de tradicionais ou científicos, estes foram considerados pelos sujeitos entrevistados como essenciais para a escola.

Finalmente, em um segundo conjunto de enunciados de alunos e educadores, observamos outras funções emergentes: a escola como meio para se conseguir a carteira de estudante, como meio de se conseguir certificado de conclusão do ensino-médio, como lugar de encontro entre amigos e como fuga da realidade. Considerando que essas produções coexistem num mesmo espaço, podemos vislumbrar o cotidiano escolar como um lugar de conflitos diários, onde dispositivos estão sempre sendo acionados para legitimar um dos pólos das relações de poder ¹².

Procuramos examinar onde se dão os pontos de conflito e quais são os mecanismos que são colocados em ação para legitimar um ou outro pólo da relação. Um primeiro mecanismo seria a aplicação de provas ou qualquer tipo de avaliação ¹³. Tal

instrumento teria por objetivo, em teoria, medir a qualidade do aprendizado dos alunos. No entanto, percebemos na escola que uma provável função da prova é garantir que o aluno estude o conteúdo “que cai na prova”, buscando legitimar os conhecimentos a serem lecionados. Desse modo, atua como um mecanismo de disciplinarização da conduta, onde o aluno precisa estudar os conteúdos ministrados em sala para ter êxito da prova, caso contrário estará sujeito a algumas sanções, como por exemplo, a reprovação na série letiva, ou uma punição aparentemente mais leve, a marca do aluno-incapaz-de-aprender.

Podemos ver, portanto, a necessidade de articulação desse instrumento com outros mecanismos da escola, como a já mencionada reprovação, que por sua vez tem sua utilização frustrada por um desencontro entre os controles da escola e o controle do MEC. Isto se dá através do processo de avaliação das escolas públicas, onde o Governo Federal exige determinada porcentagem de aprovações por ano, com possibilidade de retirar recursos caso não sejam alcançadas. Nessa lógica, as escolas são obrigadas a aprovar o máximo número de alunos, mesmo que não estejam dentro dos requisitos, com o objetivo de manter os já escassos recursos enviados pelo Ministério. Assim, os mecanismos de reprovação se tornam ineficazes, uma vez que o aluno sabe que passará mesmo que não se contenha dentro de sala com a disciplina exigida.

Outra prática comum existente nas escolas é a expulsão de sala como punição por má conduta durante a aula. O aluno removido de sala pode ser encaminhado

¹² O conceito de dispositivo, baseado no “dispositivo da sexualidade” de Foucault (1988), diz respeito ao aparato discursivo (saberes, discursos) e não discursivo (práticas), engendradas na veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura no qual encontram-se inseridos. Compreende tanto o controle quanto as resistências possíveis.

¹³ Foucault (1987) elucida o Exame como combinação da vigilância hierárquica e a sanção normalizadora.

para a coordenação da escola ou simplesmente ir embora, sendo seu destino dependente dos três atores envolvidos (professor, coordenação e aluno). Tal mecanismo tem um efeito imediato: remoção do “aluno-problema” do espaço físico da sala de aula. Entretanto, para que esse mecanismo contribua para a produção de uma conduta específica, é necessário que, do mesmo modo que as provas, tal mecanismo seja articulado com os demais existentes na escola. Assim, podemos considerar que a baixa frequência em sala de aula; a expulsão, suspensão ou transferência do aluno da escola decorrente de muitas expulsões de sala; a não aquisição dos conteúdos para prova por decorrência da ausência seriam os meios pelos quais se produziriam as articulações dos mecanismos para que ocorresse a presença disciplinada do aluno em sala, uma vez que poderiam redundar em reprovação do mesmo. Todavia, esses mecanismos também já foram colocados em cheque na nova configuração da escola frente às diretrizes de financiamento da rede pública de ensino outrora mencionada e à legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), presentificado na figura do Conselho Tutelar, do qual agora iremos tratar por via da análise do mecanismo da expulsão, suspensão e transferência.

A suspensão, que consiste em proibir a permanência do aluno nas dependências da escola por um número variável de dias é proporcional à gravidade da falta cometida. Esse mecanismo é constantemente frustrado através da recorrência dos pais ao Conselho Tutelar, uma vez que o ECA prevê que nenhuma criança ou adolescente pode ser privado de receber educação formal. O mesmo pode ser dito sobre a expulsão da escola, com a diferença que esta consiste em uma proibição definitiva da permanên-

cia do aluno na mesma. Têm-se então uma situação onde a escola proíbe a presença do aluno, seja temporária ou permanentemente, porém outros mecanismos que regem a escola (a saber, as leis federais e as diretrizes orçamentárias municipais e estaduais) acabam por determinar a (in)eficácia dos diversos instrumentos de controle da disciplina dentro da escola.

O outro mecanismo relacionado com os descritos acima foi a transferência de alunos para outra instituição de ensino. Esse mecanismo é um pouco mais complexo, porque implica em um diálogo ainda mais estreito e polêmico com o conselho tutelar. As relações entre essas duas instâncias, escola e conselho tutelar, são tão tensas e desgastadas, e possuem implicações em tantos aspectos da disciplina na escola, que merecem um pouco mais de atenção por nossa parte. Uma das falas de nossos entrevistados ilustra bem a situação dessa relação:

Esse conselho tutelar? Esses bando de égua lá fazem nada! [...] Quando eu dei a transferência dele [de um aluno ao qual se referiu anteriormente], num instante o conselho tutelar soube me chamar pra ir lá... Agora, quando agente chama porque tem um aluno drogado querendo esmurrar uma mãe de um aluno, certo que ela também agrediu verbalmente, aí dizem que vai dar um recado e não se comprometem com nada! Lá, só querem que a gente... Não sei nem o que querem que a gente... Pra poder dar a transferência pra um aluno, tem que comunicar o conselho tutelar, o conselho tutelar tem que chamar a família, tem que fazer reunião. Ninguém tem mais tempo pra isso não!

Essa fala nos permite observar alguns elementos presentes na relação escola - Conselho Tutelar: a) o desconhecimento da demandas do Conselho para com a escola; b) o desconhecimento das demandas da escola para com o Conselho. O primeiro aspecto pode ser evidenciado na ausência de sinergia e de comunicação dos objetivos das ações do Conselho Tutelar. Não fica claro para o corpo docente e administrativo da escola qual o propósito do Conselho em manter o aluno na instituição, ou ainda a importância do acompanhamento familiar nas decisões escolares. De modo geral, a escola não sabe “o que querem com a gente”. O segundo elemento pode ser visto no desconhecimento por parte do Conselho do cotidiano da escola, que, na visão do entrevistado, pede medidas mais rápidas e enérgicas. Essa relação já foi tematizada por Rebello de Sousa, através de um enfoque voltado para o cotidiano do Conselho, e pode-se constatar “a necessidade urgente da articulação das diversas instâncias sociais envolvidas no direito à cidadania, com destaque à escola” (2003). Um último elemento, inesperado, surgiu como mecanismo disciplinar em nossas incursões ao campo: a carteira de estudante. Uma fala recorrente dos entrevistados foi o interesse dos alunos na carteira de estudante, que possibilita pagamento de “meia-entrada” em diversos eventos artísticos (cinemas, shows, teatros) e de “meia-passagem” no sistema municipal de transporte coletivo. Segundo o relato de alguns alunos e professores, antes a carteira era entregue aos alunos somente em agosto, ou seja, já perto do fim do ano letivo. Atualmente, o documento é entregue no começo do ano, de modo que grande quantidade de alunos pára de freqüentar a escolar imediatamente após o recebimento. De acordo com dois de nossos entrevistados, existe um interesse por parte da ET-TUSA (órgão da prefeitura de Fortaleza res-

ponsável pelo trânsito e transporte urbano da cidade) de fiscalizar mais rigorosamente o processo de emissão de carteiras. Entretanto, ainda foram recorrentes as alegações de que alguns alunos freqüentam a escola apenas com o objetivo de conseguir a carteira, não mais comparecendo as aulas, o que põe em questão a eficácia desse “controle mais rigoroso” do órgão.

Tendo descrito cada um desses mecanismos, podemos ver como eles compõem um dispositivo de conjunto que visa a legitimar um determinado funcionamento da escola: os alunos dentro de sala, sem conversas paralelas fora do conteúdo, atentos ao conteúdo transmitido e sujeitos às sanções dos educadores. Contudo, os mecanismos disciplinares encontram-se em conflito com o controle que o Estado exerce sobre a escola, permitindo a proliferação de usos que impossibilitam o funcionamento mencionado. Consequentemente, os alunos conseguem driblar estes mecanismos das mais variadas formas, possibilitando a inflação eficaz de outros usos que não a permanência em sala para aprender o conteúdo ministrado. O aprendizado deste último se torna ainda menos interessante pelo fato de os alunos não terem, segundo eles próprios, perspectiva de aprovação no vestibular, motivo maior da freqüência disciplinarmente satisfatória dos alunos da rede particular, com os quais eles se dizem incapazes de concorrer. Abaixo apresentamos algumas falas desses alunos:

O aluno que não tem estrutura para estudar, chega aqui não tem motivo nem pra ficar em sala. Chega, vem pra conversar. Você não vem pra aula pra estudar porque você gosta, você precisa de um incentivo. (aluno C1)

“Tem aluno que chega aqui, olha assim e já tem vontade de voltar pra casa, Eu tiro por mim, eu venho aqui e não tenho nenhum incentivo pra mim, já tenho vontade de sair, aí no segundo tempo mesmo eu saio.” (aluno C2)

“A primeira coisa que eu vi, que eu achei bonito, também, foi a banda da escola.” (aluno A2)

O que presenciamos, então, é o desencontro entre o que a escola pode oferecer de positivo (carteira de estudante, certificado) ou não consegue oferecer (ascensão social, conhecimentos indispensáveis) e a intenção por trás dos mecanismos de controle de manter os agentes da escola funcionando de uma determinada forma. É recorrente nas falas dos alunos a ausência de “incentivos” por parte da escola, estes seriam os mais diversos: aulas mais dinâmicas, acesso à internet, agenciamento de estágios, etc; e na fala dos educadores, a ausência de interesse da maioria dos alunos. Devido a esse desencontro é que ocorrem os usos desviantes do pretendido: alunos saem de sala para conversar, faltam aulas, saem da escola, confrontam o professor ou deixam de ir à escola (evasão).

FALÊNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E NOVOS SENTIDOS PARA A FUNÇÃO ESCOLAR

Romanelli (2001) nos apresenta a evolução do sistema educacional brasileiro, mostrando o percurso pelo qual este veio a responder à demanda de uma escola com função preparatória para o mercado de trabalho, a qual se configurou como via de ascensão social para a pequena burguesia. Segundo a autora, os primórdios do sistema educacional brasileiro, na era colonial,

configuraram-se pelo ensino voltado para a classe aristocrática, com finalidade de disseminação de valores europeus cristãos relacionados aos interesses da Companhia de Jesus. A conjuntura econômica escravista de então não necessitava de mão-de-obra qualificada e determinava a inexistência de uma camada social média que pudesse ascender socialmente através da educação.

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutra... Não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra (ROMANELLI, 2001, p. 34)

A era da mineração e todo período pós-independência política brasileira possibilitou a criação e o fortalecimento de um mercado interno que propiciou a emergência de setores sociais médios ligados a serviços e comércio, bem como uma crescente urbanização (ROMANELLI, 2001). Esse fenômeno proporcionou uma mudança da demanda escolar. A escola passou a atender um estrato social que pretendia através dela capacitar-se para as necessidades mercadológicas da época, tendo como finalidade a ascensão social.

Percebemos, contudo, em nossa pesquisa, um descrédito geral, em muitos dos entrevistados, de a escola pública investi-

gada propiciar aos alunos condições de ascensão social. A escola como promessa de igualdade social numa sociedade de classe encontra-se cada vez mais descrente (PATTTO, 1984). Os alunos não se acham em condições de concorrer a uma vaga na educação pública superior que os proporcione um conhecimento especializado valorizado no mercado de trabalho. Em vários discursos identificamos a crença de que aqueles alunos terminariam por desempenhar profissões que prescindiam de qualquer qualificação escolar, tais como empregada doméstica, pedreiro, porteiro, vigia etc., o que, a nosso ver, colocava em cheque a função da educação para o trabalho.

Descrentes na educação pública como via de ascensão social, os alunos abandonam cada vez mais a escola, tornando-se imunes aos diversos controles disciplinares instituídos pela escola para mantê-los nela.

Contudo, há um outro sentido sobre a função da escola que ainda responde pela permanência de um grande contingente de alunos. A ele denominamos de sentidos marginais. Retirados das falas dos entrevistados, discriminamos os seguintes motivos que ainda asseguram muitos alunos na escola: A escola como espaço de socialização, como espaço de fuga das dificuldades do lar e como provedora de documentos, tais como certificado de conclusão de ensino e carteira de estudante. Algumas destas funções evidenciam-se nas seguintes falas dos educadores:

Eles vêm pra cá pra ficar de turminha, conversar, é um entra e sai... Eles não vêm com o objetivo de aprender (...) E pra maioria eles só vêm aqui pra curtir mesmo, ver os colegas, encher o saco dos professores, mas em termos de aprendizagem eu diria zero.

Os alunos vêm pra cá como se fosse uma continuação de casa mesmo, não têm uma mentalidade de escola, não vem nem pra adquirir conhecimento. Eles vêm pra cá porque não têm o que fazer em casa, vem pra tirar a carteira de estudante, pra pagar meia.

Os alunos chegam pra mim dizendo que vêm para a escola porque estão com problemas em casa, porque não tem comida, e a única forma de fugir disto é vindo para a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as entrevistas com os educadores e o grupo focal com os alunos, pudemos compreender muitas das contradições produzidas no cotidiano escolar. Nos alunos, observamos uma freqüente menção à falta de estímulos para ir à escola. As causas são das mais variadas, a “bagunça” causada pelos alunos, a incapacidade dos professores de inovar a metodologia para lidar com o ambiente “instável” (bagunças, falta de material, etc.) da escola e a própria insignificância da escola para o futuro deles. Enquanto isso, os professores possuem queixas tangentes ao mesmo tempo em que emaranhadas às dos alunos. Com isso, queremos dizer que não há comunicação entre os agentes da escola – professores e alunos – a respeito dos problemas enfrentados no cotidiano. Os professores, diante do desinteresse dos alunos tentam aplicar mecanismos que tem um funcionamento breve ou ineficaz, pois conforme analisado, a maioria dos dispositivos a que os professores têm acesso e foram mencionados nas entrevistas, possibilitam grande margem de resistências.

Assim, no cotidiano escolar, há um grande conflito de interesses. Afinal o modo como esta instituição vem fun-

cionando possibilita inúmeros aspectos positivos para seus agentes. Da parte dos estudantes eles conseguem carteira de estudante, certificado de conclusão do ensino-médio, entre outras regalias, sem ter que passar pelo compromisso de assistir aula ou obedecer às regras da instituição. Aqueles que se interessam pelo esquema de funcionamento “sala de aula” se sentem desestimulados pelo modo como a escola vem funcionando, pois não há possibilidade de mantê-lo pela falta de positivities e sanções oferecidas. Desse modo, pudemos perceber um cansaço imenso, dos estudantes e professores, em tentar manter um esquema falido, além de não conseguirem vislumbrar alternativas estratégicas para efetivar o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aragão, E. M.; Barros, M. E. B.; Oliveira, S. (2005). P. Falando de metodologia de pesquisa. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 5, n.2, 2º semestre.
- Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo. Lisboa: edições 70.
- Deleuze, G. (1991). Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Evasão escolar aumenta em quatro anos. Folha Online, Rio de Janeiro, 22 setembro 2003, Caderno de Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13730.shtml>. Acessado em: 10/07/06.
- Foucault, M. (2000). Em defesa da sociedade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1988). História da sexualidade: a vontade de saber. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, vol. 1.
- _____. (1987). Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 30 ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1979) Microfísica do Poder. 20 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Gonzalez Rey, F. L. (2002). Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thonson Learning.
- Patto, M. H. (1984). Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Richardson, R. (1999). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Romanelli, O. de O. (1991). História da educação no Brasil. 25ª edição. Petrópolis: Vozes.
- Rebello de Souza, M. P. (2003). Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar? Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 2, p. 71-82, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a07.pdf>. Acessado em 10/07/2006.